



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



Pix aumentou inclusão financeira e concorrência

Estudo mostra que meio também elevou uso de cartões de crédito e débito

Mais uma vez, o governo americano está prestes a impor tarifas a exportações brasileiras. Entre as justificativas apresentadas, há críticas ao Pix, que estaria competindo de forma desleal com empresas que fornecem meios de pagamento, como Visa e Mastercard.

O que sabemos sobre os efeitos do Pix, esse novo meio de pagamentos?

Antes de entrar nesse assunto, preciso destacar o óbvio: o Brasil tem o direito de desenvolver tecnologias de pagamento e regular a atuação de empresas privadas no setor. Não há nada de injusto no Pix. O atual presidente norte-americano e seus assessores usam o conceito de justiça quando lhes convém e parecem

não se importar se as justificativas apresentadas passam o limite do ridículo.

Podemos agora falar do Pix. Lançado ao fim de 2020, o Pix foi rapidamente adotado por milhões de brasileiros.

Bancos foram obrigados a oferecer o serviço gratuitamente aos usuários, empresas e pessoas rapidamente começaram a usar e, em pouco mais de um ano, quase dois terços dos adultos brasileiros já utilizavam o Pix.

Se o volume de transações no Pix explodiu, o que aconteceu com o volume de movimentações com cartão de crédito e cartão de débito?

Curiosamente, o Pix levou a mais transações com cartão de

crédito ou débito.

O estudo de Matheus Sampaio e José Renato Ornelas, usando técnicas estatísticas apropriadas e uma grande base de dados, mostra que, com o Pix, as pessoas começam a usar mais suas contas bancárias e muito menos dinheiro vivo.

Por um lado, o Pix substitui transações que aconteceriam com cartão. Por outro, o maior uso de contas-correntes gera mais transações com cartão em vez de dinheiro vivo.

Os dados mostram que o segundo efeito é maior: o efeito líquido no uso de cartões de crédito e débito é positivo.

Transações com cartões de crédito e débito são mais caras no Brasil que nos Estados Unidos

e na União Europeia (dados do estudo de Duarte, Frost, Gambacorta, Wilkens e Shin). Será que o Pix vai reduzir esse custo? Seria ótimo para a sociedade.

Julgando pela quantidade de transações, Visa e Mastercard não têm motivos para choramingar. Pode ser, porém, que seus preços tenham de se reduzir. Esse seria um efeito bem-vindo do aumento da competição no setor.

Corroborando essa possibilidade, estudo de Sergey Sarkisyan e outro de Liang, Sampaio e Sarkisyan indicam que o Pix levou a maior competição entre os bancos. O trabalho de Mariani, Ornelas e Ricca conclui que o Pix facilita o crescimento de instituições financeiras que operam

sem agências físicas (fintechs).

Toda inovação tem seus problemas. O Pix, por tornar transferências rápidas e fáceis, ajudou grupos criminosos a aplicar golpes - quem nunca recebeu a mensagem "oi, troquei meu número de WhatsApp" seguida de um pedido de dinheiro? Claro, golpistas poderiam receber dinheiro por outros meios, mas a rapidez do Pix ajudou ladrões, especialmente no início. O Banco Central, com o tempo, criou mecanismos para combater esses golpes.

No geral, o Pix é um caso de sucesso por ter ajudado na integração financeira de pessoas mais pobres e, provavelmente, estimulado a competição no setor financeiro. Quem poderia ser contra isso?

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Fazenda vê impacto limitado de novas tarifas dos EUA

/CONJUNTURA

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda avalia que o impacto macroeconômico esperado das novas tarifas americanas sobre a economia brasileira permanece reduzido.

"As exportações mostraram resiliência mesmo após a elevação tarifária de agosto de 2025, com recuperação gradual desde novembro. Como o mercado americano respondeu por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2025, equivalentes a menos de 2% do PIB antes do choque, e o redirecionamento das vendas para outros destinos compensou parte relevante da perda, o efeito direto sobre a atividade foi limitado e tende a continuar desta forma", diz a pasta, em documento do Boletim Macrofiscal de julho, divulgado há pouco.

A secretaria destaca que as medidas anunciadas pelos EUA em junho de 2026, ainda pen-

dentes de aprovação, preveem exceções para diversos produtos, o que tende a manter o impacto agregado modesto.

"Soma-se a isso o conjunto de ações implementadas desde o ano passado em apoio aos setores mais expostos, com foco em crédito, liquidez e diversificação de mercados, que deve auxiliar a mitigar os efeitos setoriais remanescentes", completa a SPE.

Ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou a jornalistas, na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (República-PB), que "o governo não vai deixar os brasileiros na mão" com a aplicação de tarifas pelos Estados Unidos sobre os produtos do Brasil.

"Com relação ao tarifaço, existe sempre um princípio que vai nos guiar. Os empresários brasileiros, as famílias brasileiras, os caminhoneiros brasileiros, os agricultores brasileiros não podem ser prejudicados por medidas injustas adotadas por

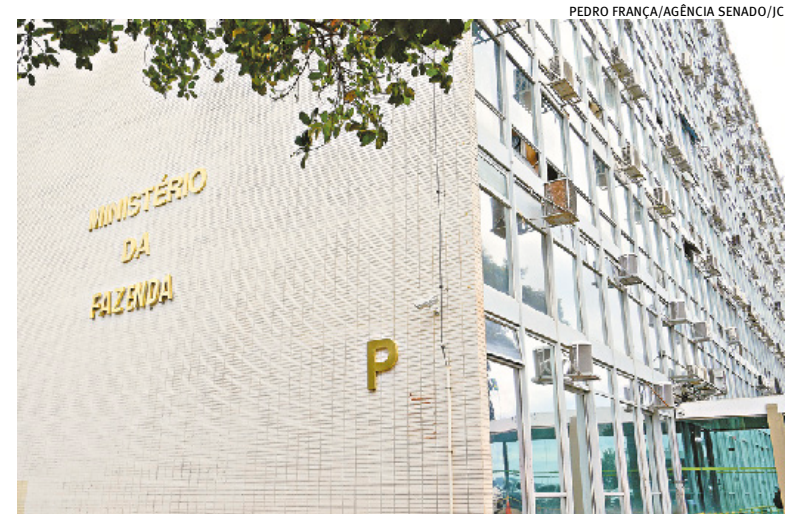
outros países", disse.

A decisão dos Estados Unidos de aplicar um novo tarifaço sobre produtos importados brasileiros estava prevista para sair ontem, mas até o fechamento desta edição não uma confirmação sobre este novo tarifaço.

A alíquota tende a ser fixada em 25%, atingindo aproximadamente 21% das exportações nacionais, com a expectativa de uma lista de exclusão para produtos que afetam a inflação americana. A avaliação é compartilhada entre integrantes do governo e representantes do setor privado.

Em seu relatório preliminar, em 1º de junho, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), na sigla em inglês, sugeriu a aplicação da tarifa sobre os produtos importados brasileiros, no âmbito da investigação comercial sob a Seção 301 da Lei de Comércio americana.

Os EUA acusam o Brasil de adotar práticas ilegais em comér-



PEDRO FRANCA/AGÊNCIA SENADO/JC

Pasta destaca exceções para diversos produtos nas medidas de junho

cio digital, serviços de pagamento eletrônico - como o Pix -, tarifas preferenciais, proteção de propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e questões ambientais, como o desmatamento ilegal.

O USTR também recomendou uma lista de exclusões a produtos básicos do consumo americano, como aeronaves, produtos agropecuários e insumos industriais.

Segundo dados da Secretaria

de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC), no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações para os EUA caíram 13,0% e atingiram US\$ 17,428 bilhões.

As importações caíram 12,5% e totalizaram US\$ 18,950 bilhões. Dessa forma, a balança comercial brasileira com este país apresentou déficit de US\$ 1,522 bilhão no acumulado de 2026.